



**Processo nº** 10665.905692/2009-61  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2402-012.066 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 10 de agosto de 2023  
**Recorrente** CHARLES AMARAL DE OLIVEIRA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2004

IMPOSTO RECOLHIDO A MAIOR. UTILIZAÇÃO PARA QUITAR DÉBITO.

Provado nos autos que o imposto recolhido a maior foi totalmente utilizado para quitação de débito de responsabilidade do contribuinte, descabe o direito à compensação reclamado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário interposto.

(documento assinado digitalmente)

Francisco Ibiapino Luz - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Diogo Cristian Denny - Relator(a)

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira, Diogo Cristian Denny, Gregorio Rechmann Junior, Jose Marcio Bittes, Rodrigo Duarte Firmino, Rodrigo Rigo Pinheiro, Wilderson Botto (suplente convocado(a)), Francisco Ibiapino Luz (Presidente).

## Relatório

Por bem retratar os fatos ocorridos desde a constituição do crédito tributário por meio do lançamento até sua impugnação, adoto e reproduzo o relatório da decisão ora recorrida:

O contribuinte acima identificado apresenta às fls. 2, destes autos, Manifestação de Inconformidade contra a decisão proferida no Despacho Decisório nº 854484992, que

indeferiu seu pedido de compensação de imposto no valor de R\$7.951,90 ao argumento de que referido valor fora totalmente aproveitado para quitação de débitos de sua responsabilidade, não restando, pois, crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

Para fazer face à decisão de indeferimento do pedido, alega o contribuinte que, conforme constatado pelo servidor da Receita Federal, existem 02 (dois) DARF com o valor de R\$7.951,90, porque houve pagamento de imposto em duplicidade, o que justifica o pedido de compensação e que quando da análise do PER/DCOMP, foi considerado o DARF já alocado.

Requer que em face da comprovada duplicidade de recolhimento, seja revisto o pedido e deferida a compensação.

A decisão de primeira instância manteve o lançamento do crédito tributário exigido, encontrando-se assim ementada:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2004

IMPOSTO RECOLHIDO A MAIOR. UTILIZAÇÃO PARA QUITAR DÉBITO.

Provado nos autos que o imposto recolhido a maior foi totalmente utilizado para quitação de débito de responsabilidade do contribuinte, descebe o direito à compensação reclamado.

Cientificado da decisão de primeira instância em 28/06/2012, o sujeito passivo interpôs, em 27/07/2012, Recurso Voluntário, alegando a improcedência da decisão recorrida, sustentando, em apertada síntese, que:

- a) pedido de compensação do crédito existente com o débito em cobrança; e
- b) crédito tributário em cobrança no presente processo já foi extinto.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro(a) Diogo Cristian Denny - Relator(a)

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual dele conheço

Tendo em vista que a recorrente trouxe em sua peça recursal basicamente os mesmos argumentos deduzidos na impugnação, nos termos do art. 57, § 3º do Anexo II do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 09/06/2015, com a redação dada pela Portaria MF nº 329, de 04/06/2017, reproduzo no presente voto a decisão de 1<sup>a</sup> instância com a qual concordo e que adoto:

Conforme registra os controles informatizados da Receita Federal do Brasil, o contribuinte apurou imposto devido no ano calendário de 2003 e, em 26.04.2004 recolheu o valor de R\$7.951,50, conforme documentos de fls. 31.

Em 30.04.2004, novamente recolheu imposto no valor de R\$7.951,50 que foi totalmente utilizado para quitar imposto complementar, código 0246 referente ao período de apuração 30.11.2004, em atendimento a pedido de compensação feito por intermédio do

PER/DCOMP 38214.05890.071204.2.3.04-5004, documentos de fls. 41 42, 46 e 49 não havendo saldo de imposto a compensar.

**Conclusão**

Por todo o exposto, voto por conhecer do Recurso Voluntário e, no mérito, negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Diogo Cristian Denny